



# CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (CPSUA)

VIII IBMRMUN 2022

PREPARADO POR  
Daniel Nascimento, Ingrid  
Amorim e Lourenço Marques.



## VIII IBMR MODEL UNITED NATIONS

### CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (CPSUA)

*Agenda A: Combatendo o tráfico de armas e o ressurgimento de milícias*

*Agenda B: Promoção e fortalecimento da democracia no continente*

Lourenço Marques

Daniel Nascimento

RIO DE JANEIRO

2022

## **1. CARTA AOS DELEGADOS**

Senhores delegados desse comitê,

Esperamos que neste guia encontrem um caminho para que possam se aprofundar nas discussões durante a nossa simulação. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana discutirá, através dos senhores, temas importantíssimos para o continente nos próximos anos.

Discutir o avanço da democracia no continente levando em consideração os séculos de exploração e suas heranças é fundamental. Assim como debater o fortalecimento das milícias por todos os países, afinal, seu fortalecimento e estrutura são obstáculos gigantescos para a manutenção das instituições democráticas.

Ademais, contem conosco para sanar dúvidas, ajudar com questões relacionadas ao comitê e qualquer outra questão. Esperamos grandes discussões e debates muito bem fundamentados.

Diretor Geral  
Lourenço Marques  
Diretor Adjunto  
Daniel Nascimento  
Ingrid Amorim

### **1.1 SOBRE A UNIÃO AFRICANA**

Em 1963, o continente africano passa por uma grande transformação: surge o entendimento de que o outro não é o inimigo e sim um amigo em que partilham diversas coisas em comum. Nasce então a visão pan-africana, em que os demais povos africanos não são inimigos e sim, o colonizador, ao entender isto e formar uma aliança que lutaria contra a colonização no continente e fortaleceria a luta contra o racismo, nasce a Organização da Unidade Africana (OUA, 1963-1999).

A declaração de Sirte (1999), pelos Chefes de Estados que integravam a OUA, declararam o estabelecimento da União Africana, sendo assim, substituindo a OUA. A constituição da UA só foi oficializada em 2022, trazendo novos olhares para demais temas, como problemas sociais, políticos e econômicos, além da riqueza cultural e a herança comum africana, liberdade, justiça e igualdade.

Os 17 objetivos da UA são definidos pelo Acto Constitutivo da União Africana (ACUA) e o Protocolo sobre Emendas, tendo um conjunto de 18 comitês, órgãos e instituições sobre a sua jurisdição. Agenda 2063 é a bússola que guia os Estados-membros para uma maior integração e desenvolvimento.

### **1.1.1 SOBRE O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA**

O conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA), foi criado através do Art. 5º (2) do ACUA, em 2002, e instituiu um dos principais órgãos da UA, tendo como apoio a sua estrutura: Comissão da União Africana, Painel de Sábio, Sistema Continental de Alerta Prévio, Força de Alerta Pan-Africana e o Fundo Especial.

O Protocolo de estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana está fundamentado em 22 artigos, que definem a sua estrutura de funcionamento, princípios, votação, direitos e deveres, reuniões e resoluções.

O Art 5º constitui a composição do CPSUA: sendo quinze membros eleitos em formas de igualdade, da seguinte maneira:

- A) Dez membros eleitos com mandatos de dois anos;
- B) Cinco membros eleitos com mandatos de três anos, de modo a assegurar a continuidade.

Os membros do CPSUA são eleitos pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, considerando a representação regional equitativa e de rotação, sobre os critérios: compromisso de proteger os princípios da União; contribuição para a manutenção e promoção da paz em África; capacidade e compromisso de assumir responsabilidades destinada a ele; participação; capacidade e compromisso de assumir responsabilidades que promovam a paz; contribuição para o Fundo Especial (Paz); respeito a declaração de Lomé, Estado de direito e direitos humanos; missões permanentes e compromisso de honrar as obrigações financeiras da UA.

Para o seu bom funcionamento, as reuniões são realizadas na sede da União Africana e cada Estado-membro do CPSUA deve ter pelo menos um representante permanente. As reuniões são realizadas no mínimo duas vezes no mês, os Ministros e Chefe de Estado ou Governo devem participar pelo menos uma vez ao ano.

O CPSUA tem autonomia para criar órgãos subsidiários, quando assim for necessário, podendo ser composto por um Estado ou um grupo de Estados, sendo esses órgãos:

- A) Ad-Hoc de mediação;
- B) Conciliação;
- C) Inquérito.

O CPSUA também poderá solicitar o auxílio militar, jurídico e entre outras formas de auxílio.

Estados-membros do CPSUA que estão diretamente ligados a uma questão de instabilidade de paz ou segurança não poderão participar dos debates, porém o mesmo tem o direito de apresentar o seu caso e logo em seguida se retirar. Estados-membros da União Africana e que não compõem o CPSUA ou organismos internacionais que não fazem parte da União Africana, podem participar dos debates por meio de audiências públicas, porém sem direito ao voto.

O Painel dos Sábios é composto por cinco personalidades africanas, sendo eles nomeados pelo Presidente da Comissão após uma consulta aos Representantes dos Estados-membros, passando por uma nomeação na Conferência para só assim assumir o mandato de três anos. É dever do Painel dos Sábios apresentação de parecer para auxílio de resolução e manutenção da paz e segurança no continente por meio da Conferência.

O Sistema de Alerta Prévio ou Gabinete de Crise, é responsável pela recolha e análise de dados, tendo também como finalidade a integração de atuação junto à Organização das Nações Unidas, utilizando como indicadores temas políticos, econômicos, sociais, militares e humanitários.

A Força de Alerta Africana será composta pela multidisciplinaridade entre civis e militares, para uma ação rápida e cada Estado-membro é responsável pela convocação e seleção dos mesmos em seu território. Sendo comandada por um Representante Especial, com a obrigação de manter o Presidente do Comitê informado, e um Comandante de Força para responder perante o Representante Especial.

O Comitê de Estado Maior é composto por Oficiais Militares Superiores dos Estados-membros do Conselho de Paz e Segurança, contribuindo sempre quando necessário e solicitado para assuntos militares no Comitê.

O CPSUA tem em sua base o respeito aos Direitos Humanos, o Direito Internacional e a soberania de cada Estado, visando sempre a segurança e a paz do continente e cooperando para o bom relacionamento com os organismos regionais, Nações Unidas e entidades internacionais.

Como exemplo de como a organização está atenta aos direitos acima citados, temos o caso do Sudão, país que em 2019 foi suspenso da organização devido às instabilidades do processo político local.

Burkina Faso é outro caso de recente suspensão devido a um golpe militar por lá ocorrido. A resolução do conselho de paz da organização reiterou que somente após a estabilização da ordem constitucional o país voltará a ter sua participação. A exemplo de Burkina, Guiné e Mali também foram suspensos devido a golpes militares e desordens sociais.

## **2. AGENDA A: COMBATENDO O TRÁFICO DE ARMAS E O RESSURGIMENTO DE MILÍCIAS**

### **2.1 HISTÓRICO**

O continente africano foi partilhado sem considerações étnicas, tribais e de povos, sem considerar qualquer conflito existente já pelos nativos do continente. A corrida armamentista viu a necessidade de produzir armas em grande escala e a Guerra Fria também contribuiu para a produção e distribuição de armas entre aliados. Tal distribuição, anos depois com o desmembramento da União Soviética, levou alguns países a vender partes de suas armas, pois era mais rentável vender do que destruir. Não foi pensado um plano de devolução dos armamentos e muito menos tratados sobre destruição em um cenário de fim da Guerra Fria. A venda em massa para empresas e pessoas não passou por um bom planejamento; sem política pública e fiscalização, o resultado desta administração foi o descontrole social (tráfico de armas) e intensificação entre conflitos interno e externo entre os Estados.

### **2.2 DADOS SOBRE O TRÁFICO DE ARMAS**

Mais de trinta milhões de armas portáteis circulam na África, 80% delas estão sob domínio civil. Segundo as Nações Unidas, o continente absorveu cerca de 9% do armamento convencional que circula no mundo. Gana é um país que também chama atenção para a produção de armas portáteis, podendo produzir até 200.000 por ano. Somente em 2019 na Somália, ocorreram 2.300 conflitos e que resultaram em 4.030 mortos. No mesmo ano, na Etiópia, quase 300 conflitos foram registrados, com um montante de 680 mortos.

### **2.2.1 PRINCIPAIS ROTAS**

O tráfico de armas se beneficia da fragilidade de alguns países da África Ocidental sobre o controle e segurança de suas fronteiras e aeroportos, as armas chegam da América Latina com destinos para países como Senegal, Níger, Nigéria, Burkina Faso, e Mali.

Após a chegada na África Ocidental, as milícias locais buscam fortalecer as demais partes do continente; parte deste armamento não é vendido para outras milícias e sim doados, sobre transferência ilegal de ativos. As milícias utilizam carros para transportar as armas traficadas que serão transferidas, pois o transporte terrestre é muito eficaz. A falta de agentes de segurança e a corrupção de alguns governos locais colaboram com o fortalecimento de rotas para o tráfico de armas e o fortalecimento das milícias.

### **2.3 FINANCIADORES**

Os financiadores do tráfico de armas são donos de ativos imobiliários e casas de câmbio, empresários da área de telecomunicações e governos locais corruptos. Eles financiam por meio do sistema de transferência bancária, conhecido como hawala, pois é informal no meio de pagamento internacional, podendo movimentar milhões de dólares no mundo sem deixar rastro de suas transações.

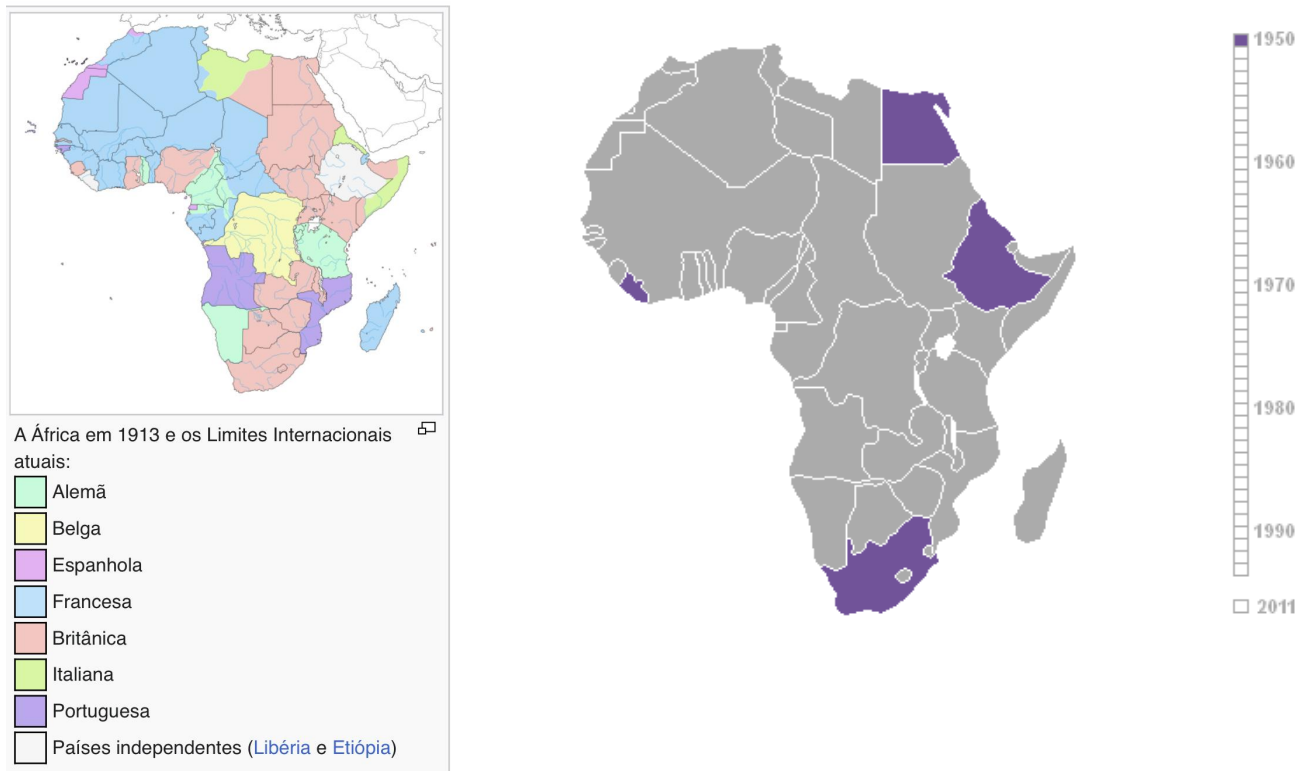
## **3. AGENDA B PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA NO CONTINENTE**

### **3.1 HISTÓRICO DAS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA**

Desde o princípio do século XV o continente africano foi duramente saqueado e atacado por países europeus. Apesar de muita resistência, é só apenas no século XIX e XX que grande parte dos territórios africanos conseguirá sua independência política. Após a 2ª Guerra Mundial, a pressão internacional aumenta sobre os países que possuíam terras no continente africano.

O primeiro país africano a ser independente foi a Libéria, em 1847; e o último, a Eritreia, em 1993. O mundo vivia a Guerra Fria, a disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos (capitalismo) e URSS (socialismo). Ambos os países apoiavam o lado rebelde que mais se aproximava das suas ideias a fim de cooptá-los para sua esfera de influência. Do

mesmo modo, as ideias pan-africanistas conquistavam o continente africano com seu pensamento pela unidade africana.



### 3.2 ESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA NO CONTINENTE

De uma maneira geral, devemos nos questionar até que ponto a democracia no continente africano é de fato democrática. Boa parte dos processos de independência foram muito violentos e, por herança das divisões feitas pelos povos europeus, colocaram grupos étnicos em combate uns contra os outros no mesmo território - vide a grave crise que aconteceu em Ruanda.

Assim, os processos de transição de poder foram marcados por golpes militares e muita instabilidade política. Camarões, por exemplo, tem o mesmo presidente desde 1975. Através de manipulações e autoritarismo que limita partidos de oposição, ele se mantém no poder desde então.

Na Guiné Equatorial vemos o mesmo processo de manutenção de poder. Por lá, o Presidente Teodoro Obiang Nguena Mbasogo está no poder desde 1979. Ele chegou ao poder após dar um golpe em seu tio.



Uganda, para finalizarmos os exemplos, possuía até eleições razoavelmente livres, mas tem o mesmo presidente desde 1986. O partido do presidente mantém-se no poder usando a mesma estratégia de intimidação e perseguição da oposição.

Dessa maneira, serão poucos os países que terão seus sistemas eleitorais de maneira mais confiável e sem grandes problemas. África do Sul e Angola seriam exemplos, mas que mesmo assim inspiram muitos cuidados. Apesar de estáveis, basta muito pouco para que militares, milícias armadas e outros movimentos tomem o poder ou causem alguma instabilidade política.

### **3.2.1 HISTÓRICO DE MILÍCIAS E GUERRAS CIVIS**

Movimentos armados pró ou contra governo em países africanos vão surgir ainda nas guerras de libertação, quando as colônias buscavam suas independências.

Tenhamos em mente que o período de 50-80 é marcado pela divisão do mundo entre Comunistas (apoiados pela União Soviética) e Capitalistas (apoiados pelos Estados Unidos) e que com isso, muitos movimentos foram apoiados por essas forças, causando guerras mais longas e duras no continente. As duas potências que durante a Guerra Fria não se enfrentaram de fato, vão utilizar esses “campos de batalha” para disputarem o poder.

Vejamos o caso da guerra civil de Angola.

A guerra civil angolana foi um processo que almejava a independência de Portugal e que apesar de se iniciar em 1975, só foi terminar em 2002.

A guerra ficou muito marcada pela forte presença soviética e americana, que ajudou com tropas e armamentos para os movimentos locais que disputavam o poder: os comunistas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contra os Anti-comunista da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Por ter sido muito longa e agressiva, a guerra causou grandes estragos no país, vitimando mais de meio milhão de pessoas e danificando fortemente a infraestrutura do país. A vitória foi dos comunistas do MPLA.

Vejamos agora alguns outros casos:

## **RUANDA**

Ruanda é um país do centro-oriental da África e é formado pelos grupos étnicos hutus, que representam cerca de 85% da população, e tutsis, uma minoria que dominou o país por um longo período. Desde a colonização, acentuou-se uma grande rivalidade entre os povos hutus e tutsis. Entre os anos de 1990 e 1994, ocorreu a Guerra Civil de Ruanda. Nessa época, a oposição formada pelos tutsis atacou as tropas do governo, cujo presidente era Juvénal Habyarimana (hutus).

O maior desdobramento dessa guerra civil ocorreu em 1994 e ficou conhecido como Genocídio de Ruanda. O presidente Habyarimana foi assassinado. Extremistas hutus, então, começaram um intenso massacre, que vitimou 800 mil pessoas em Ruanda. Atualmente, como forma de evitar outros conflitos, é ilegal falar sobre etnia no país. O genocídio, além de dizimar o país, empobreceu ainda mais a população, que vive em estado de miséria

## **CONGO**

Os conflitos que pairam no Congo perpassam questões políticas, econômicas, étnicas e culturais. A República Democrática do Congo enfrentou inúmeros golpes de Estado e governos ditadores. A ONU já estabeleceu, sem sucesso, três missões de paz nesse território. Os atuais conflitos envolvem, principalmente, disputas de poder na política e na economia. No país, há presença de diversos grupos armados, e governos de países vizinhos acusam o governo congolês de apoiar esses grupos rebeldes.

Os conflitos no Congo iniciaram-se em 1996 e são provenientes do Genocídio em Ruanda, no qual hutus mataram cerca de 800 mil pessoas e seguiram para a República Democrática do Congo. Os tutsis também migraram para Ruanda com medo de uma nova ofensiva. Após o intenso fluxo migratório, os tutsis, novamente, começaram a sofrer represálias por parte dos congolezes e também dos hutus. Esse cenário deu origem à Primeira Guerra do Congo, na qual os tutsis, que voltaram ao poder por meio de Laurent Kabila, acreditavam que era necessário rebelarem-se contra os hutus, envolvendo nessa represália todos os países constituídos por essa etnia.

Kabila encontrou dificuldades para governar. Sem apoio político, passou a enfrentar o descontentamento dos tutsis, que cobravam o cumprimento das promessas feitas pelo então presidente do Congo. Para demonstrar controle e proteger os tutsis, Kabila expulsou tropas de

Ruanda e Uganda, dando início à Segunda Guerra do Congo. O conflito só cessou em 2002 com a intervenção das Nações Unidas.

## **BURUNDI**

A Guerra Civil do Burundi foi um conflito armado com duração de 1993 a 2005. A guerra civil foi o resultado de divisões étnicas de longa data entre os hutus e as tribos tutsis no Burundi. O conflito começou após as primeiras eleições multipartidárias no país desde a independência da Bélgica em 1962 e é formalmente dado como finalizado com a tomada de posse de Pierre Nkurunziza, em agosto de 2005. O número de mortos estimado é de 300.000.

Em 1962, o país se tornou independente, com uma monarquia que tentava manter um equilíbrio de poder entre Hutus e Tutsis, mas após o ocorrido em Ruanda, os tutsis passaram a monopolizar o poder político e militar, derrubando o rei em 1966 e sucedendo golpes de estado e ditaduras militares entre 1972 e 1973, o governo tutsi comete genocídio contra os hutus, matando de 80 a 210 mil pessoas, expulsando mais 85 mil (outros 10.000 tutsis foram mortos na época pelos confrontos).

As primeiras eleições nacionais multipartidárias no Burundi foram realizadas em 27 de junho de 1993. Melchior Ndadaye, da Frente para a Democracia no Burundi (FRODEBU) venceu a eleição presidencial e se tornou o primeiro hutu a ser presidente desse país. Os hutus são o grupo étnico majoritário, com 85% da população, mas o governo tinha estado tradicionalmente nas mãos dos Tutsis e seu partido político, a União Nacional para o Progresso (UPRONA). Ndadaye foi morto em um golpe de Estado dos militares tutsis em 21 de outubro de 1993.

A violência entre grupos étnicos seguiu ao golpe quase imediatamente, enquanto os hutus atacaram os tutsis responsabilizando-os pelo golpe e a morte de Ndadaye, os militares tutsis mataram milhares de hutus, numa tentativa de manter o poder.

Durante grande parte do conflito, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia-Forças para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD) foi o principal grupo rebelde hutu que operou no país, os rebeldes ganharam o controle de grandes áreas do noroeste do Burundi, conseguindo atacar em julho de 2003 a capital, Bujumbura, sem sucesso. A guerra se espalhou para países vizinhos, especialmente na República Democrática do Congo, que sofria sua própria guerra civil.

## **MOÇAMBIQUE**

A Guerra Civil Moçambicana foi um conflito civil que começou em 1977, dois anos após o fim da Guerra de Independência de Moçambique, e que foi semelhante à Guerra Civil Angolana, afinal ambas eram guerras secundárias dentro do contexto maior da Guerra Fria, onde EUA e URSS travaram suas batalhas.

Os ideais do partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), bem como os das forças armadas moçambicanas eram violentamente opostos aos da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que recebia financiamento da Rodésia e, mais tarde, da África do Sul. - Aqui vemos que países que estavam próximos também se envolveram nas questões internas dos outros países.

Durante o conflito, cerca de um milhão de pessoas morreram em combates e por conta de crises de fome. Além disso, cinco milhões de civis foram deslocados e muitos sofreram amputações por minas terrestres, um legado da guerra que continua a assolar o país. A recessão económica e social, a corrupção política, a pobreza, as desigualdades económicas e o insucesso do planeamento central, fizeram nascer uma vontade revolucionária.

O conflito apenas terminou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz pelo então presidente da república Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, então presidente da Renamo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vocês puderam observar e ler neste guia, boa parte das democracias e das instituições políticas africanas inspiram muito cuidado e sofrem na mão de tiranos, ditadores e poderes paralelos. Assim, contamos com a capacidade e inteligência dos senhores e senhoras que, com toda a certeza, encontrarão maneiras e caminhos para a estabilidade e manutenção da ordem por todo o continente.

Do mesmo modo vemos um fortalecimento do poder paralelo dentro do continente e que, por esse motivos, as agendas estão conectadas. Além disso, ele atrapalha em muito a estabilidade da política nos países, isso quando não vemos a entrada dessas forças de maneira oficial, ou seja, entrando e/ou fazendo parte dos governos. Pensar em soluções para esse tipo de questão exigirá uma grande capacidade de entendimento político por parte de vocês.

Não parem de estudar por esse guia. Continuem a pesquisar e ler por toda a internet. Há muito conteúdo interessante e que poderá auxiliá-los nos debates ao longo do comitê.

Inclusive, indicamos os artigos disponíveis no Wikipedia. Estão todos muito completos e com ótimas fontes.

## 5. Referências

AFRICAN UNION. **About the African Union**. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 30 ago. 2022.

AFRICAN UNION. **Sudan suspended from the African Union**. Disponível em: <https://au.int/en/articles/sudan-suspended-african-union>. Acesso em: 5 set. 2022.

DEUTSCHE WELLE. **African Union condemns 'wave' of military coups**. Disponível em: <https://www.dw.com/en/african-union-condemns-wave-of-military-coups/a-60678794>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ESQUERDA. **Da guerra colonial às independências africanas**. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/da-guerra-colonial-independencias-africanas/63737>. Acesso em: 5 jul. 2022.

OCIDENTA, G. I. D. A. C. O. B. D. C. N. Á. FINANCIAMENTO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL. **RELATÓRIO DA GAFI**, França, v. 52, n. 3, p. 26, out./2013. Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/FT-na-africa-ocidental.pdf>. Acesso em: 6 set. 2022.

RECIL. **A economia dos conflitos violentos em África**. Disponível em: <https://recil.ensinlusofona.pt/handle/10437/112>. Acesso em: 8 ago. 2022.

REVISTA MILITAR. **O TRÁFICO DE ARMAMENTO EM ÁFRICA**. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/772>. Acesso em: 10 ago. 2022.